

Nota do ENLACE à Direção Nacional do PSOL e aos militantes do partido.

SOBRE A DEFESA DE PROTÓGENES QUEIROZ

A Operação Satiagraha, coordenada pelo delegado Protógenes Queiroz, e que se tornou famosa por ter prendido o banqueiro Daniel Dantas, o especulador Naji Nahas e o ex-prefeito de São Paulo, Celso Pitta, é o episódio recente que mais claramente revela as relações promiscuas do atual sistema de representação política com os interesses financeiros e privados no país. Iniciada com o propósito de combater o desvio de verbas públicas, a corrupção e a lavagem de dinheiro, a Operação Satiagraha, desencadeada em princípios de 2004, e que resultou na prisão de vários banqueiros, diretores de banco e investidores, em julho de 2008, acabou abrindo uma verdadeira "caixa de Pandora".

A operação da PF revelou negócios ligados ao nome do banqueiro Daniel Dantas, dono do Opportunity, desde o governo Fernando Henrique até a gestão Lula, ao ter apreendido documentos que comprovam o pagamento de propinas milionárias a políticos, juizes e jornalistas. Evidenciaram-se tanto esquemas de favorecimento relacionados ao processo de privatização das estatais brasileiras durante os dois mandatos de FHC quanto a existência de um lobby a favor do dono do Opportunity que alcançou o gabinete do secretário da presidência da República, Gilberto Carvalho (o preferido de Lula para ser o próximo presidente do Partido dos Trabalhadores).

Ao reunir provas que comprometem um amplo leque de partidos, do PT ao PSDB, a Operação Satiagraha acabou unindo múltiplos interesses contra ela. A partir daí teve início uma operação abafa que vai do governo à oposição, articulada com a presidência do Congresso, do Senado e do próprio STF, na figura do ministro Gilmar Mendes – representante direto dos interesses tucanos nesta questão, dono de uma extensa folha de serviços prestados ao governo FHC. Gilmar Mendes foi o primeiro a entrar em cena na tentativa de desacreditar a Operação Satiagraha, dando um habeas corpus que liberou o banqueiro Daniel Dantas da prisão, o que provocou o protesto de grande parte dos magistrados brasileiros. Em seguida, veio a público defender o “controle externo” da Polícia Federal, acusando esta instituição de cometer “abusos” em suas investigações, em uma clara tentativa de desgastar a PF e a Operação Satiagraha.

Esta ofensiva, desencadeada pelos representantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário dá a dimensão do tamanho do escândalo que querem esconder. Chegaram ao absurdo, com a CPI dos grampos telefônicos – prorrogada após denuncia da sempre reacionária revista Veja contra o delegado Protógenes – de tentarem promover uma vergonhosa inversão de valores que busca tornar o acusado (Daniel Dantas) em vítima e o acusador (o coordenador da Operação Satiagraha, Protógenes Queiroz) em réu. Foi instaurado um processo disciplinar dentro da PF contra o delegado Protógenes que resultou no seu afastamento de suas funções. O motivo não poderia ter sido mais banal: o delegado é acusado de ter ferido o regimento interno da PF por ter-se utilizado do cargo para obter “proveito de natureza político-partidária para si ou para terceiros”. Em setembro do ano passado, Protógenes gravou um depoimento para o assessor de Paulo Tadeu (PT), candidato à prefeitura de Poços de Caldas (MG), em um vídeo em que dizia ser importante a instalação de uma delegacia da PF na cidade, por sua localização estratégica. A imagem foi usada na reta final da campanha na tevê.

Estes fatos deixam claro que o delegado Protógenes está sendo vítima de uma perseguição orquestrada por poderosos interesses econômicos e políticos com a intenção de atingir sua credibilidade e assim desmoralizar a Operação Satiagraha. Por isso consideramos que a defesa de Protógenes Queiroz é correta, e que contribui para alertar a opinião pública sobre o risco de, novamente, se jogar para debaixo do tapete um conjunto de denúncias que revelam as relações promiscuas entre o Estado brasileiro e o capital financeiro, representado neste episódio pelo Banco Opportunity, seja no governo petista, seja no tucano. A defesa de Protógenes contra estes ataques

deve ser entendida, portanto, enquanto uma defesa de caráter democrático, exercida pelo partido independentemente das convicções políticas do delegado.

Mas a intervenção do partido neste processo deve pressupor também um esforço para politizar junto à opinião pública o combate à corrupção, enquanto parte de uma luta mais geral contra as mazelas do capitalismo e de seu sistema de representação política. É isso que pode nos diferenciar dos demais partidos (governistas ou da oposição de direita), que tratam a defesa da ética na política como mais uma peça de marketing que compõe o grande circo eleitoral brasileiro – no qual o financiamento das campanhas eleitorais por parte de grandes empresas e instituições financeiras alimentam um sistema de representação corrupto baseado na troca de favores.

Para se tornar uma alternativa de poder no país, o PSOL precisa ser identificado com um projeto globalmente alternativo de sociedade e ser capaz de formular propostas frente às questões econômica, ambiental e dos direitos humanos, sociais e trabalhistas – temas que mais claramente expressam os limites e as contradições do modo de produção capitalista, e que diante de sua crise atual abrem maiores possibilidades para a retomada de uma mobilização social de caráter transformador. A luta contra a corrupção deve ser vista enquanto parte da luta democrática, a denúncia das irregularidades deve ser associada à defesa de uma reforma política que estabeleça o financiamento público das campanhas e a democratização das decisões nas mãos do povo. O combate à corrupção deve-se combinar com a luta para democratizar o poder.

Entretanto, para alguns setores do PSOL, como aconteceu outrora com o PT, a luta contra a corrupção e pela “ética na política”, por ser um tema de muita audiência na grande mídia, acaba se tornando o centro da tática de ação, sendo vista como a “melhor” forma de garantirmos dividendos eleitorais no curto prazo com a maior exposição da imagem do partido diante da opinião pública. Assim, uma política correta, que é o combate à corrupção, ao ser transformada no centro da política do partido e na base de uma estratégia eleitoral monotemática e limitada, resulta no empobrecimento do partido enquanto uma alternativa programática mais ampla na sociedade brasileira.

Este debate deve ser feito de forma madura e responsável pelo partido, na busca de uma síntese que unifique nossa ação política nesta conjuntura de crise. Mas, infelizmente, essa não parece ser a disposição dos setores que defendem o combate à corrupção como centro da atividade política do PSOL nesta conjuntura, sem mediações ou tentativas de construção de uma linha política mais unitária. A defesa desta tática é tão desmedida e exagerada que chega a ponto da adoção de posturas e argumentos que comprometem a credibilidade do partido diante de vários setores sociais que tem alguma referência no PSOL enquanto um partido sério e de esquerda.

O artigo publicado no site da Fundação Lauro Campos, “Depoimento de Protógenes Queiroz: A operação Satiagraha não foi desmontada!”, de autoria do companheiro Roberto Robaina, presidente do PSOL-RS, membro da Executiva Nacional e dirigente do MES (Movimento Esquerda Socialista – tendência interna do partido), faz afirmações que jamais poderiam ser assumidas pelo conjunto do partido. O referido artigo afirma que o povo deve entrar em ação para “*transmitir a força necessária para que delegados honestos e corajosos assumam de peito aberto a defesa da verdade, mesmo que acima dos ritos e trâmites legais. A verdade, mesmo que quebrando as leis*”.

Este chamado para que o povo se mobilize em apoio aos “delegados honestos e corajosos” contrasta agudamente com as formulações estratégicas do Estatuto do PSOL, que enfatizam a importância do “estímulo à mobilização e auto-organização independente dos trabalhadores e de todos os movimentos sociais”, com vistas a se transformarem em “sujeitos da auto-emancipação”. O artigo desenvolve um raciocínio político messiânico e atrasado, que na prática substitui o protagonismo do povo e a necessidade de sua auto-organização pela idéia ilusória e conservadora de que é preciso fortalecer “novos heróis”. Ademais, não podemos confundir a correta defesa que o partido está fazendo de Protógenes com a sementeira da ilusão de que a corrupção pode ser derrotada pela ação de indivíduos dentro de um aparato policial que, apesar de suas contradições, está, em última instância, condicionado pelos interesses das classes dominantes.

A defesa de que o trabalho da polícia deva estar acima de ritos legais é inaceitável. Contraria as próprias declarações do delegado Protógenes e acaba fortalecendo o argumento da direita, que tenta desmoralizar a Operação Satiagraha justamente com esta afirmação, de que as investigações foram feitas “*acima dos ritos e trâmites legais*”. E num Estado em que grande parte do trabalho da polícia é perseguir os movimentos sociais e criminalizar os pobres, a idéia de que esta atividade não deva ser regulada pela lei é ainda mais absurda.

Outra posição questionável do artigo é a de “*abrir as portas*” do partido para “*homens e mulheres de bem*” que queiram “*combater a corrupção dos capitalistas e seus políticos*”. Se adotado, tal critério levaria à secundarização ou até à completa desconsideração da necessidade de os filiados ao PSOL se identificarem com a luta por uma sociedade socialista, com as lutas populares e com a oposição pela esquerda ao governo Lula.

Outro artigo, também publicado no mesmo site da Fundação Lauro Campus, de autoria do companheiro e deputado federal pelo PSOL, Chico Alencar, originalmente publicado no Jornal do Brasil, aborda a questão da solidariedade a Protógenes Queiroz em termos adequados e lúcidos: “*O delegado Protógenes não é herói nem vilão. O nome incomum identifica apenas um homem comum, falível, servidor público concursado, especializado em desvendar crimes financeiros – estes do “colarinho branco”, que sangram a alma da República. Protógenes, como tantos, indigna-se com a impunidade dos poderosos que delinqüem... O delegado não é “Dom Quixote” nem “Macunaíma”. Nas aproximações literárias, assemelha-se mais a um “Policarpo Quaresma”, personagem do romance de Lima Barreto, inclusive em iniciativas ingênuas como a de escrever ao Presidente Obama em defesa da soberania nacional brasileira. A epígrafe da obra prima de Lima Barreto contém uma frase de Renan (o francês!) que tem a ver com o que vivem Protógenes e De Sanctis agora: “o grande inconveniente da vida real, e que machuca o cidadão de bem que a ela leva seus valores e ideais, é que ali, frequentemente, as qualidades tornam-se defeitos*”.

É do que precisamos: de uma forte solidariedade ao delegado Protógenes, no contexto da nossa luta contra a corrupção e pela democratização do poder. Sem transformar a luta contra a corrupção no centro da atividade política do PSOL e, sobretudo, sem semear ilusões.

Saudações socialistas,

Coordenação Nacional do Enlace – tendência interna do PSOL – 25 de abril de 2009.